

SIMPÓSIO 163

Modalidade de Realização:

Online

Simpósio:

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, NEUROTECNOLOGIAS E GARANTIAS
PROCESSUAIS: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA OS DIREITOS HUMANOS

Eixo Temático:

9 - Direitos Humanos e Justiça;

Coordenadores:

Nome da Coordenadora 1: María Concepción Rayón Ballesteros

Vinculação Institucional: Universidade Complutense de Madrid

Resumo Curricular: 25 anos como professora universitária. 30 anos como advogada da Ilustre Ordem dos Advogados de Madrid. Doutora em Direito pela Universidade Complutense. Licenciatura em Ciências Políticas e Administração pela Universidade Complutense. Mestre em Responsabilidade Civil pelo INESE. Mestre em Uso de Tecnologias de Informação no ensino pela Universidade Nacional de Educação a Distância. Mestre em Ciências Humanas pela Universidade Francisco de Vitória. Curso Superior sobre Mulheres e Liderança. Acadêmica correspondente da Royal Academy of Jurisprudence and Legislation. Professora/conferencista convidada em diversas universidades. Autor ade mais de uma centena de artigos, livros e publicações.

Nome do Coordenador 2: Dámaso F. Javier Vicente Blanco

Vinculação Institucional: Universidade de Valladolid

Resumo Curricular: Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Valladolid. Pesquisa em Direito Internacional Privado, Informática Jurídica, “Direito e Literatura” e Antropologia Jurídica. Diretor da Cátedra de Património Cultural Imaterial Europeu da Universidade de Valladolid e do Doutoramento em Ciências Sociais da Universidade do Mindelo (Cabo Verde). Fundador dos Simpósios XML Legislativos na Espanha. Estadias de pesquisa na Université des Sciences Sociales Toulouse 1 (França), Pontificia Universidad Católica del Perú (Peru) e Universidad Nacional de Rosario (Argentina). Ele deu palestras em universidades europeias, latino-americanas e africanas. Autor de cem publicações.

Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

Linha 1. Inteligência artificial e garantias processuais no Estado de Direito

A incorporação de sistemas de inteligência artificial na administração da justiça coloca desafios relevantes para as garantias processuais e a proteção efetiva dos direitos humanos. Ferramentas de apoio à decisão judicial, sistemas preditivos ou algoritmos utilizados na gestão



processual podem melhorar a eficiência do sistema, mas também geram questões sobre transparência, explicabilidade e controlo jurisdicional. Em particular, surge a necessidade de examinar como os princípios clássicos do direito processual — tais como a tutela judicial efetiva, a igualdade de armas, o direito de defesa ou a motivação das resoluções — devem ser reinterpretados face a decisões assistidas ou influenciadas por algoritmos. Esta linha de discussão procura analisar quais normas regulatórias e quais mecanismos de supervisão estão a ser desenvolvidos, e devem ser desenvolvidos no futuro, para garantir que a inteligência artificial seja utilizada como ferramenta de apoio sem comprometer as garantias fundamentais do processo.

Linha 2. Neurodireitos, evidência neurotecnológica e proteção da esfera mental nos processos judiciais

O avanço das neurotecnologias introduz uma nova dimensão na relação entre ciência, processo judicial e direitos fundamentais. A possibilidade de acessar, registrar ou interpretar dados neuronais levanta questões inéditas sobre a privacidade mental, a autonomia cognitiva e a integridade psíquica das pessoas. No âmbito processual, estes desenvolvimentos suscitam debates sobre a admissibilidade das evidências neurotecnológicas, os limites à obtenção de dados cerebrais e as garantias necessárias para evitar formas de coerção cognitiva. Esta linha propõe examinar como os chamados neurodireitos podem ser integrados no quadro dos direitos humanos e quais as implicações que têm para a configuração futura das garantias processuais.

Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:

Português (X)

Inglês (X)

Espanhol (X)

SYMPOSIUM

Modality:

Online

Symposium:

ARTIFICIAL INTELLIGENCE, NEUROTECHNOLOGIES AND PROCEDURAL
GUARANTEES: CONTEMPORARY CHALLENGES FOR HUMAN RIGHTS

Thematic area:

9 – Human Rights and Justice;

Coordinators:

Name of Coordinator 1: María Concepción Rayón Ballesteros

Institution: Universidad Complutense de Madrid

Curricular Summary: 25 years as a university professor. 30 years as a lawyer of the Illustrious Bar Association of Madrid. Doctorate in Law from the Complutense University. Degree in Political Sciences and Administration from the Complutense University. Master in civil liability from INESE. Master in Use of Information Technologies in teaching from the National University of Distance Education. Master in Humanities from the Francisco de Vitoria University. Higher Course on Women and Leadership. Corresponding academic of the Royal Academy of Jurisprudence and Legislation. Guest professor/lecturer at various universities. She is the author of more than a hundred articles, books and publications.

Name of Coordinator 2: Dámaso F. Javier. Vicente Blanco

Institution: Universidad de Valladolid

Curricular Summary: Professor at the Faculty of Law, University of Valladolid. Research in Private International Law, legal informatics, "Law and Literature," and Legal Anthropology. He is Director of the Chair of European Intangible Cultural Heritage at the University of Valladolid and of the PhD in Social Sciences at the University of Mindelo (Cape Verde). Founder of the Symposia on Legislative XML in Spain. He has held research stays at the Université des Sciences Sociales Toulouse 1 (France), the Pontifical Catholic University of Peru (Peru), and the National University of Rosario (Argentina). He has given lectures at universities in Europe, Latin America, and Africa. He is the author of around one hundred publications.

Line(s) of discussion (symposium description):

Line 1. Artificial Intelligence and Procedural Guarantees in the Rule of Law

The incorporation of artificial intelligence systems into the administration of justice poses significant challenges for procedural guarantees and the effective protection of human rights. Tools to support judicial decision-making, predictive systems, and algorithms used in



procedural management can improve the efficiency of the system, but they also raise questions about transparency, explainability, and judicial control. In particular, there is a need to examine how classic principles of procedural law—such as effective judicial protection, equality of arms, the right to defense, and the reasoning behind decisions—should be reinterpreted in the face of decisions assisted or influenced by algorithms. This line of discussion seeks to analyse which regulatory standards and supervisory mechanisms are being developed, and should be developed in the future, to ensure that artificial intelligence is used as a support tool without compromising the fundamental guarantees of the process.

Line 2. Neuro-rights, neurotechnological evidence, and protection of the mental sphere in legal proceedings

Advances in neurotechnologies introduce a new dimension to the relationship between science, judicial proceedings, and fundamental rights. The possibility of accessing, recording, or interpreting neural data raises unprecedented questions about mental privacy, cognitive autonomy, and psychological integrity. In the procedural sphere, these developments raise debates about the admissibility of neurotechnological evidence, the limits to obtaining brain data, and the guarantees necessary to prevent forms of cognitive coercion. This line proposes to examine how so-called neuro-rights can be integrated into the human rights framework and what implications they have for the future configuration of procedural guarantees.

Languages of abstracts that will be accepted for presentation:

Portuguese (X)

English (X)

Spanish (X)

SIMPOSIO

Tipo de implementación:

En línea

Simposio:

INTELIGENCIA ARTIFICIAL, NEUROTECNOLOGÍAS Y GARANTÍAS PROCESALES:
DESAFÍOS CONTEMPORÁNEOS PARA LOS DERECHOS HUMANOS

Eje temático:

9 – Derechos Humanos y Justicia;

Coordinadores:

Nombre de la Coordinadora 1: María Concepción Rayón Ballesteros

Vinculación Institucional: Universidad Complutense de Madrid

Resumen curricular: 25 años como profesora universitaria. 30 años como abogada del Ilustre Colegio de la Abogacía de Madrid. Doctorado en Derecho por la Universidad Complutense. Licenciatura en Ciencias Políticas y de la Administración por la Universidad Complutense. Máster en responsabilidad civil por INESE. Máster en Uso Tecnologías de la Información en la docencia por la Universidad Nacional de Educación a Distancia. Máster en Humanidades por la Universidad Francisco de Vitoria. Curso Superior de Mujeres y Liderazgo. Académica correspondiente de Real Academia de Jurisprudencia y Legislación. Profesora invitada/conferenciante de diversas universidades. Autora de más de un centenar de artículos, libros y publicaciones.

Nombre del Coordinador 2: Dámaso F. Javier Vicente Blanco

Vinculación Institucional: Universidad de Valladolid

Resumen curricular: Profesor Titular de la Facultad de Derecho, Universidad de Valladolid. Investigaciones en Derecho Internacional Privado, informática jurídica, “Derecho y literatura” y Antropología Jurídica. Director de la Cátedra de Patrimonio Cultural Inmaterial Europeo de la Universidad de Valladolid y del Doctorado en Ciencias Sociales de la Universidad de Mindelo (Cabo Verde). Fundador de los Simposios de XML legislativo en España. Estancias de investigación en Université des Sciences Sociales Toulouse 1 (Francia), Pontificia Universidad Católica del Perú (Perú) y Universidad Nacional de Rosario (Argentina). Ha impartido conferencias en universidades europeas, de América Latina y África. Autor de un centenar de publicaciones.

Línea (s) de discusión (descripción del Simposio):

Línea 1. Inteligencia artificial y garantías procesales en el Estado de Derecho

La incorporación de sistemas de inteligencia artificial en la administración de justicia plantea desafíos relevantes para las garantías procesales y la protección efectiva de los derechos



humanos. Herramientas de apoyo a la decisión judicial, sistemas predictivos o algoritmos utilizados en la gestión procesal pueden mejorar la eficiencia del sistema, pero también generan interrogantes sobre transparencia, explicabilidad y control jurisdiccional. En particular, surge la necesidad de examinar cómo principios clásicos del derecho procesal —como la tutela judicial efectiva, la igualdad de armas, el derecho de defensa o la motivación de las resoluciones— deben reinterpretarse frente a decisiones asistidas o influenciadas por algoritmos. Esta línea de discusión busca analizar qué estándares normativos y qué mecanismos de supervisión se están desarrollando, y deben desarrollarse en el futuro, para asegurar que la inteligencia artificial se utilice como herramienta de apoyo sin comprometer las garantías fundamentales del proceso.

Línea 2. Neuroderechos, evidencia neurotecnológica y protección de la esfera mental en los procesos judiciales

El avance de las neurotecnologías introduce una nueva dimensión en la relación entre ciencia, proceso judicial y derechos fundamentales. La posibilidad de acceder, registrar o interpretar datos neuronales plantea interrogantes inéditos sobre la privacidad mental, la autonomía cognitiva y la integridad psíquica de las personas. En el ámbito procesal, estos desarrollos suscitan debates sobre la admisibilidad de evidencia neurotecnológica, los límites a la obtención de datos cerebrales y las garantías necesarias para evitar formas de coerción cognitiva. Esta línea propone examinar cómo los llamados neuroderechos pueden integrarse en el marco de los derechos humanos y qué implicaciones tienen para la configuración futura de las garantías procesales.

Idioma de los resúmenes que serán aceptados para la presentación:

Portugués (X)
Inglés (X)
Español (X)